

## Tema 4 Operacionalidade da Ciência da Informação: o caso da investigação em literatura

**Cármén Matos Abreu**

Doutora pela Universidade do Porto, Faculdade de Letras (Portugal)  
carmen.m.abreu@gmail.com

**Zeny Duarte**

Universidade Federal da Bahia  
(Brasil)  
zeny.duarte@gmail.com

### RESUMO

Perpassando o medieval *Trivium* e conservando o seu ascendente no segundo milénio do *Anno Domini*, a *Poética* e a *Retórica* aristotélicas sempre foram organizando qualquer texto literário, arrumação clássica que submete o autor textual a três etapas fundamentais: *inventio*, *dispositio* e *elocutio*. Outro cânone das clássicas normativas, a *memoria*, no atual contexto apenas quase se realiza ao garantir as competências do autor perante o universo gnosiológico, incluindo as globalizadas redes da informação, sendo então na *inventio* que o moderno quadro da ciência da informação, destacado tão bem nesta era pós-custodial, é organizado por propostas intertextuais onde múltiplas disciplinas se cruzam e interpenetram, cumprindo um importante papel operativo. No fazer literário, e apesar de na grande maioria das vezes o contacto com o *e-book* não dispensar a presença física da obra, torna-se inequívoco que o recurso à rede virtual de conhecimento hospeda uma cómoda, útil e variada oferta de materiais, também teóricos e críticos. Mas esta aptidão configura a outra face de Jano: o convite à construção de paráfrases, e sobretudo a prática de plágio que, abandonada de escrúpulos, chega a «matar» o verdadeiro autor pelo simples palimpsesto do seu nome. A partir de estudos reflexivos acerca do acesso à informação compartilhada em rede e à mencionada prática do plágio apresentar-se-á investigação sobre a representação do conhecimento, tendo como base a informação disponibilizada por comunidades virtuais, sem que tenha sido (a informação) analisada sob o olhar do profissional da ciência da informação.

**Palavras chave:** ciência da informação – retórica; ciência da informação – comunidades virtuais; literatura – ciência da informação.

### ABSTRACT

Keeping the presence across the medieval *Trivium* and maintaining the upward in the second millennium *Anno Domini*, the Aristotelian's *Poetics* and *Rhetoric* always kept the organization of the literary texts, classical option that obliges the writer to accomplish three key steps: *inventio*, *dispositio* and *elocutio*. Another canon of those classical norms, the *memoria*, in the present time almost only realizes its purpose by ensuring the author skills in the gnosiologic universe, including the globalized information networks, and thus it is in the *inventio* that the modern framework of information science, with equivalent

prominence in this post-custodial period, is organized by intertextual proposals intersect and interpenetrate by multiple disciplines, fulfilling an important operative task. In literature, and although in most cases the contact with the e-book does not exclude the traditional one, it becomes clear that the use of the virtual knowledge networks hosts a convenient, useful and diverse range of materials, also theoretical and critical. But this facility shapes the other face of Janus: it invites to the paraphrases constructing and particularly to the plagiarism practice, unscrupulous enough to kill the true author by the mere palimpsest of his name. Supported by suitable studies on the access to the shared networks information and on the referred practice of plagiarism, this paper aims to exhibit the existing research on knowledge representation based on the information provided by virtual communities, without the expertise assistance of the information science.

**Keywords:** information science – rhetoric; information science – virtual communities; literature – information science

## PRIMEIRA PARTE

### 1. SINOPSE INCURSIVA ÀS RAÍZES DO FAZER LITERÁRIO

Sempre foi preocupação do homem de letras a maneira como deveria organizar a sua escrita, complexidade que nos manuscritos de papiro, pergaminho ou códices<sup>1</sup> da literatura da antiguidade, ou nos textos mais recentes, se cruza com múltiplas implicações – antropológicas, sociais, culturais, políticas, religiosas, filosóficas, estéticas, científicas, entre demais. Estas exigências, logo na excelência da cultura grega impuseram a distinção dos textos segundo o enfoque das temáticas, distribuindo a poesia pela Epopeia, Trágédia e Comédia, o primeiro género em modo narrativo e os dois últimos em modo dramático. Estruturada esta regulação nas duas sùmulas de erudição aristotélica, – as clássicas *Poética*<sup>2</sup> e *Retórica*<sup>3</sup> –, a mesma manteve-se até aos nossos dias, e assim, ao longo de mais de dois milénios, textos que sempre (ou quase sempre) ocuparam a charneira do escopo normativo das artes do fazer poético e do discurso. E particularmente a *Poética* motivou múltiplos textos epigonais<sup>4</sup>, cujas críticas, alimentadas pela ambição de aprimorar a doutrina segundo tendências epocais, ora a amputavam, ora a acrescentavam, ora mesmo a ignoravam. E bastará recordar-se, no que concerne à tradição literária ocidental e no quadro das recentes ciências sociais e humanas, algumas pontuais deambulações a exemplo do formalismo russo, do estruturalismo francês ou da semiótica da

<sup>1</sup> Relembramos que «esta forma de livro só começou a generalizar-se no século IV da Era Cristã, quando os juristas do Baixo Império Romano verificaram que ela era mais conveniente para os seus livros de leis do que o rolo», McMURTRIE, Douglas C., *O Livro: impressão e fabrico*, Jorge Peixoto (pref. e notas, Maria Luísa S. Machado (trad.), 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenikan, 1997, p. 95.

<sup>2</sup> Esta obra, o primeiro de dois volumes da *Arte Poética* de Aristóteles, sobreviveu à erosão do tempo, não existindo qualquer conhecimento sobre a segunda. Vide: ARISTÓTELES, *Poética*, Eudoro de Sousa (trad., Pref. Introd. e notas), 6ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, pp. 32-35.

<sup>3</sup> Lê-se em «Introdução» da *Retórica* que, segundo Paul Ricoeur, esta obra de Aristóteles «não é técnica de acção mas técnica de criação», Vide: ARISTÓTELES, *Retórica*, Manuel Alexandre Júnior *et alii* (trad. e notas), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 21.

<sup>4</sup> Como exemplo, refira-se que em «Introdução» da *Poética* se referem os tratados de Teofrasto, Dicearco, Filóxeno e Praxifanes, discípulos próximos de Aristóteles, como sendo «os mais diligentes pesquisadores dos elementos e dos fundamentos da arte poética», Vide: *Op. Cit. Poética*, p. 39.

Escola de Praga, já no séc. XX. No quadro da poética moderna, estas correntes estéticas, geradas pelo agitado pensamento daquele século, cumpriram desígnios de sucessão à estética romântica, que por sua vez se opunha à gótica, esta à barroca, ainda esta ao racionalismo renascentista que se impôs contrariando a nostálgica harmonia da Idade Média. É de notar, entretanto, e segundo as palavras de Lubomír Doležel<sup>5</sup>, que a *Poética* aristotélica não apenas é considerada «um estudo científico da literatura» como é o texto que «lançou os alicerces da *crítica literária* ocidental»<sup>6</sup>, afirmações que avalizam o inefável e inabalável predomínio daquela normativa na conceção da arte poética, reveladoras ainda da aptidão para a obra clássica sobreviver às sucessivas correntes de pensamento.

Sem que pretendamos deter-nos em explanações deste teor, que nos desviariam do essencial deste texto, esta súpula histórico literária parece-nos porém indispensável a fim de nos permitir, com a mínima clareza, passar a avaliar o *modus faciendi* da investigação em literatura na sua atual relação com a ciência da informação; mas torna-se ainda imperativo, embora com a necessária brevidade, abordar outra questão inerente à teorização aristotélica.

Tenhamos presente que, segundo os mencionados códigos, os fatores de ordem funcional do texto que possibilitam que as personagens, o efeito catártico ou a verosimilhança assumam a chave da norma se relacionam com o texto ficcional, cuja noção de mimese vai estruturar necessária verosimilhança. Estamos pois na área da criação textual produzida pelo imaginário do autor, da qual a avaliação literária, comprometida com uma metodologia aplicada ao seu objeto de estudo, se vai alimentar como matéria de leitura crítica e analítica. Neste exercício de determinações, e no respeito pelo momento cronológico e geográfico em que o texto foi escrito, estão maioritariamente implicados, entre demais pontos de observação, fatores de ordem cultural, política, social, antropológica e religiosa. E decorrendo-se destes agentes, estimulam-se várias etapas marcadas por conjecturas, particularmente comprometidas com a observação de conceitos e respetivas propostas epistemológicas, sempre de grande utilidade na organização do quadro reflexivo e posterior classificação das fases avaliativas.

Tomando por base esta orientação, para a produção escrita das suas conclusões a investigação literária tanto se relaciona com o texto ficcional como com textos de receção que entretanto se foram organizando a partir daquele, e na medida em que o texto resultante de qualquer investigação literária não decorre tão somente da liberdade observadora do investigador, mas sobretudo de dados concretos que recolhe no ato da pesquisa, a sua mediação com a ciência da informação coloca-se, essencialmente, na primeira fase do trabalho. Cremos que já se perceberá, após a síntese que temos vindo a referir, que quando a *Retórica* aristotélica define três etapas fundamentais a seguir no ato da criação literária – *inventio*, *dispositio* e *elocutio* –, se torna claro que é na *inventio* que o investigador mais se relaciona com as redes da informação, já que nas fases seguintes quase só passa a considerar o acervo dos materiais recolhidos, ora os distribuindo na fase da *dispositio* de maneira adequada aos interesses do estudo, ora os preparando na fase da *elocutio* para o (eventual) ato da enunciação<sup>7</sup>. Sendo que a sistematização aristo-

<sup>5</sup> Doležel, Lubomír, *A Poética Ocidental: Tradição e Inovação*, Carlos Reis (pref.), Vivina de Campos Figueiredo (trad.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 25.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>7</sup> Outra das fases da retórica aristotélica a considerar na preparação de um texto é a *actio*, momento em que o palestrante deve preparar a oratória a realizar, aplicando-lhe as adequadas técnicas de dicção e atitude, no sentido da máxima eficácia.

télica se acomoda à palavra escrita, será contudo de notar que, na época, os textos se difundiam pela via da oralidade, bastando recordar-se que dos diálogos de Platão, mestre de Aristóteles na Academia ateniense, nenhum ficou escrito pela pena do emissor, mas pela dos seus discípulos, e *à posteriori*. E mantendo-nos na economia deste epítome, uma última referência à *memoria*, de indispensável utilidade em qualquer atividade intelectual, mas que no atual contexto, de infindáveis propostas do conhecimento, concorde-se, quase apenas funciona como ajuizadora das competências intelectuais do investigador.

## 2. AUXILIO DAS REDES DE INFORMAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO LITERÁRIA

Com estas considerações visamos referir que, ultrapassados dois milénios, estes preceitos mantêm-se razoavelmente vigentes na sua operacionalidade. Na fase da *inventio*, e após encontrado o tópico a desenvolver, o atual investigador parte para o exercício com uma certeza: para além das fontes primárias tem ao seu dispor uma multiplicidade de outros textos sobre a mesma matéria, os quais, por tantas vezes serem provenientes das mais diversas disciplinas que se cruzam e interpenetram, se tornam favorecedores de uma diversificada oferta de pensamento crítico. A crescente energia produtiva que as atuais prateleiras das bibliotecas e arquivos nos aprontam revela-se numa extraordinária vantagem que entretanto se encontrou excedida por outra inopinada realidade, a da virtual *Internet*, espaço onde se abrigam incomensuráveis vitrinas de informação de importância globalizante. Nesta rede, ao presentificarem-se nacionalismos, internacionalismos e transnacionalismos, confrontam-se performativas molduras de harmonia e paradoxo cabendo ao investigador a recolha, seleção e confrontação dos fundamentos oferecidos. Sem conhecer geografias espaciais ou fronteiras de antropologia cultural, ou biológica, esta poderosa e silenciosa entidade divulgadora de documentação e conhecimento, – a *Internet* –, oferece-se a qualquer investigador, também ao da literatura, com a presteza e à vontade que há alguns anos seriam inimagináveis. Esta construção em rede, projetada à escala mundial, resulta numa extraordinária mais valia, já que o acesso remoto a partir do convencional *desktop*, do computador portátil, e de outras formas disponibilizadas, tais como os *smartphones* e *tablets*, designados como dispositivos pós-pc, em frações de segundo permitem consultar desde o acervo de qualquer biblioteca universitária internacional às publicações em revistas científicas de todo o mundo, ou mesmo ao livro há muito esgotado em formato de papel, e ainda ao documento de arquivo indisponibilizado pelas mais amplas circunstâncias. Ainda assim, e pese embora o excecional conforto desta utilização, o rigor<sup>8</sup> científico não dispensa a necessária incursão presencial às fontes, por vezes em geografias distantes. Numa apreciação global, a partilha de informação do património documental *on-line* é extraordinária, mas não só a curiosidade intelectual, como sobretudo o elevado grau de seriedade investigativa que se requer, tornam-na incompleta.

Como em qualquer domínio do saber, onde a literatura naturalmente se inclui, a grande questão que se impõe ao trabalho de investigação é a unidade de princípios de

<sup>8</sup> Esta exigência não é recente. Já nos conventos, «Os escribas estavam em regra proibidos de fazer alterações no texto, mesmo quando o original que estavam a copiar estivesse manifestamente errado.», Vide: *Op. Cit.: O Livro: impressão e fabrico*, pp. 97-8.

honestidade científica. A existência de outros textos, enquanto fonte de informação a perflhar pelo investigador, obrigatoriamente terá que ser creditada no seu estudo, ou tal apropriação de texto, ideias, argumentos, observações ou inferências críticas e analíticas constituem-se no ignóbil crime de plágio. Se é verdade que as redes de informação se oferecem facilitadoras a este tipo de transgressão, sublinhe-se contudo que o delito não decorre dessa pronta oferta, bastando ter-se presente que a violação do direito autoral, e do direito intelectual, sempre existiram. Mais concretamente, no caso da literatura, o elevado grau de subjetividade com que o texto lida no seu processo de hermenêutica torna-se desafiador à ilícita apropriação de outro texto a partir do suporte digital, ou da sua parte, mas mais se propicia, sem grande embaraço, à construção de paráfrases que, mascaradas pelo estilo de escrita próprio do investigador, embora incorrendo em crime sem grande dificuldade avalizam a originalidade intelectual, logo, a autoral. Sabendo-se, todavia, que a consistência de dados disponíveis na *Internet* está atravessada por outras tantas informações de fundamento aligeirado e por vezes falaciosas sobre determinado tópico, com frequência a paráfrase resulta num duplo logro ao trabalho do investigador que adira a tais práticas. É evidente que estamos a colocar a problemática da investigação a vários níveis da partilha do conhecimento, porquanto, ao mais alto nível, espera-se bem que esta questão não se deva nunca colocar.

No máximo respeito por outras opiniões, consideramos que, em literatura, o livro na sua componente física é sempre a *alma mater* do trabalho do investigador. Os excelentes repositórios de livros *on-line* de acesso livre, a exemplo dos projetos *Google Book Search* ou *Gutenberg* ou tantos outros de subscrição obrigatória, e tantas vezes de obras de edições remotas e de difícil acesso, ainda por que comercialmente esgotadas, de feição rápida e económica resultam num inefável garante de democratização do conhecimento para enriquecimento do estudo, disponibilidade que, nos nossos dias, qualquer investigador já não dispensa. Todavia, do ponto de vista da pragmática, e conforme já referido, é nossa opinião que o folhear das páginas de papel se torna fundamental para uma mais estreita colaboração entre a obra e o pensamento do investigador, acentuada pelo ondulante gesto de revisitação às proposta que no livro se estabelecem. Tendo em conta o facto de a investigação em literatura ser um exercício, tal como o de tantas outras ciências, que em geral se alimenta do mais ínfimo detalhe do texto, seja do género narrativo, dramático, poético, ou outro, consideramos que a reflexão sobre o tópico ganha qualidade, originalidade e eficácia quando debaixo do olhar do investigador se aprontam todas as páginas, anotadas por uma multiplicidade de marcações segundo o seu critério, que assim vai manuseando sem perder de vista o seu todo.

No livro *The Case for Books*, Robert Darnton interroga-se acerca do futuro das bibliotecas. Após considerar as vantagens e os perigos associados ao monopólio atualmente gerido pelo motor de busca *Google*, R. Darnton tece múltiplas considerações acerca das atitudes que devem ser seguidas pelas bibliotecas, apontando que:

«(...) they [the libraries] must form coalitions, agreeing to invest in some subjects while leaving others to their allies. They must develop common off-site depositories, perfect interlibrary loans, exchange documents electronically, prepare interoperative metadata, integrate their catalogs, and coordinate their digitizing»<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> DARTON, Robert, *The Case for Books: Past, Present and Future*, New York, PublicAffairs, 2009, p. 57.

Esta pulverização e democratização do texto nas mais variadas propostas atualmente disponíveis deverão ser desenvolvidas pelas bibliotecas ainda que, à partida, o trabalho avance por tentativa e erro, tal como Darnton entretanto refere, mas sempre em prol de um programa que se realize no antigo ideal da República das Letras. Mas cremos que neste momento nada mais útil, e aconselhável, do que ceder a palavra (também a palavra escrita) a quem detém o conhecimento especializado em ciência da informação.

## SEGUNDA PARTE

### 1. OPERACIONALIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À LUZ DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Apresentamos esta segunda parte refletindo sobre os desafios enfrentados pela ciência da informação no lidar com as ondas gigantes das inovações tecnológicas e informacionais.

A ciência da informação nasce, e renova-se a partir das teorias, metodologias, epistemologias e práticas da arquivologia, biblioteconomia e documentação. Essa é uma realidade como também são as várias possibilidades de sua interação com outras áreas além das citadas, suscitando discussões acerca de sua interdisciplinaridade. E, no clamor do paradigma pós-custodial, com este dinamismo informacional e científico, segundo Araújo, a área

«volta-se para a informação propriamente dita (entendendo os documentos físicos como ‘epifenômenos’, isto é, manifestações específicas de um fenômeno maior, o informacional), estrutura-se em torno de uma perspectiva propriamente científica (portanto, problematizadora, compreensiva) e prioriza a circulação e o acesso» (2011, p.139).

No Brasil e em outros países, sobretudo da Europa e América, nota-se, nessa área, crescente produção bibliográfica sobre a complexa tarefa da ciência da informação acompanhar a evolução dos meios de acesso à informação mediados pela *Internet*. E, no que diz respeito aos debates acerca dessa inquietude dos especialistas dessa área, sobretudo quando se trata da operacionalidade (tratamento, organização e representação) da informação no contexto da globalização, há de se esperar uma avalanche de bibliografias a levantar questões ainda não respondidas.

As tentativas de se compreender o acesso à informação em rede, proporcionando o plágio como meio usual e a transferência de sobrecarga desordenada de dados informacionais como grande tormento informacional vivido pelos usuários da *Internet*, levam estudiosos a rever conceitos, terminologias e teorias da biblioteconomia e arquivologia, lastros da fundamentação teórica e epistemológica da mais recente ciência da informação surgida a partir de reflexões acerca de conceitos de documento, documentação, memória e informática.

Desde o surgimento da escrita, a humanidade busca meios de transferir informação utilizando recursos tecnológicos de cada época. A ideia sempre foi de representar dados, a partir de sinais igualmente reconhecidos por todos, e de facilitar, sobremaneira, a transferência do conhecimento.

Mesmo que, habitualmente, a função central atribuída à escrita seja a de registo de informações, não se pode negar a sua relevância para a construção de conhecimento. O avanço das tecnologias digitais da informação e comunicação tem permitido o aparecimento de formas coletivas de construção de textos, citando exemplos do *e-book* e da disseminação de informação nos mais diversos meios digitais e em redes sociais compartilhadas.

Antes de refletir a respeito da validade da informação digital em relação à informação física, consideramos pertinente apresentar um resumo recapitulativo sobre a organização e representação da informação, a partir das tecnologias e sistemas de informação de cada período destacado.

A normalização descritiva da informação passou a desenvolver-se e a ganhar difusão internacional ao longo do século passado. Nos anos trinta do século XX, o interesse pelos arquivos e pelas bibliotecas aumenta, especialmente porque se desenvolve o Positivismo, de matriz intelectual alemã, preconizando a verificação documental como método da ciência histórica. Daí então, disciplinas como a paleografia, a diplomática, a sigilografia e a numismática, a bibliologia, a codicologia e a arquivologia passam a ser consideradas das ciências auxiliares da história. Posteriormente, essa visão é desconstruída e, cada vez mais, tanto a arquivologia quanto a biblioteconomia ganham estatuto de ciências e condições de estabelecerem princípios e técnicas comprovadas por estudos de renomados pensadores da área e por pesquisas de académicos, mestres e doutores.

A valorização das fontes documentais e o incremento da pesquisa nos arquivos e nas bibliotecas favoreceram o reconhecimento das profissões relacionadas aos serviços e técnicas correspondentes.

Nos arquivos intensifica-se o trabalho de transcrição dos documentos, do qual constituem exemplos paradigmáticos os célebres *Monumenta germania historica inde ab anno Christi quingentesimo usque and annum 1500*<sup>10</sup>, publicados na Alemanha, ou do *Documents inédits sur l'histoire de France*<sup>11</sup>, modelos inspiradores na atividade de organizar e disponibilizar documentos de interesse coletivo. Essa atividade ganha cada vez mais expressão na segunda metade de Oitocentos, associada à preparação de inventários e de catálogos, instrumentos descritivos destinados à busca da informação. Numa resumida, porém aprofundada retrospectiva acerca dos caminhos trilhados pela arquivologia, Carlos Araújo diz:

«A temática relativa a princípios de organização e descrição de documentos arquivísticos surgiu e foi debatida durante todo o período de consolidação do paradigma custodial. A partir de 1898, com a publicação do manual dos holandeses Muller, Feith e Fruin, ela ganhou um estatuto diferente, abrindo-se caminho para a construção de um espaço reflexivo sobre as normas e técnicas arquivísticas. Diversas aplicações práticas de instrumentos

<sup>10</sup> Coletânea alemã publicada sob a orientação de Jorge Henrique Pertz, organizada com o objetivo de atender interesses dos historiadores em produzir bibliografias sob temas relacionados com a história. (PERTZ, Georgivs Heinricvs, *Monumenta germania historica inde ab anno Christi quingentesimo usque and annum 1500*, German, Diplomatum Imper II, Tomvs I, 1873)

<sup>11</sup> La collection de documents inédits sur l'histoire de France regroupe sous forme imprimée des sources documentaires concernant l'histoire de France jusqu'à la période révolutionnaire. La consultation de sources éditées permet de gagner du temps par rapport à la consultation de documents originaux conservés de façon éparsée dans de multiples services d'archives publiques ou privées. Vide: [http://www.grebib.bnf.fr/html/documents\\_inedits.html](http://www.grebib.bnf.fr/html/documents_inedits.html) (acesso em 20-4-2013).

de classificação, inclusive de sistemas de classificação bibliográfica, foram testados nos anos seguintes, embora sem uma significativa reflexão teórica – o que só aconteceu em manuais posteriores, como os de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961, e em obras teóricas de pesquisadores como Schellenberg. Nas décadas de 1970 autores como Laroche e Duchéin problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu. No final desta década, autores como Dollar e Lytle inseriram a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação» (2011, p.147).

Os aspectos relacionados com a preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscaram confirmar o valor do princípio de proveniência e o respeito aos fundos como critério fundamental da arquivologia. O impacto dos suportes digitais também motivou o crescimento da pesquisa na área de normalização arquivística (Silva, 2008), principalmente a partir da «ideia de interoperabilidade de sistemas e possibilidade de ligação em rede, envolvendo pesquisadores, associações profissionais e entidades governamentais».

Nas bibliotecas assiste-se a um incremento da vertente técnica de organização e representação da informação, protagonizado não só pelos bibliotecários eruditos, diplomados pela *École des Chartes* (em Paris) e outras análogas, mas também pelos profissionais formados pelas associações profissionais. Evidências do desenvolvimento da técnica biblioteconómica temo-las especialmente a partir de 1841, altura em que Antonio Panizzi, bibliotecário da *British Library*, publica as famosas 91 Regras de catalogação destinadas à confeção de catálogos de livros impressos, mapas e música.

Agrupar elementos que possuem características comuns é uma prática do indivíduo e, inicialmente, era restrita a grupos de objetos simples e diretamente ligados ao quotidiano, passando, posteriormente, a ser relacionada ao nível de conteúdo em classes. Experimentando esse princípio, as bibliotecas adotaram métodos de organização da informação baseados em sistemas que favoreceram a evolução do processo dinâmico de organização e representação do conhecimento. Considerando a revisão de Bezerra, no âmbito do XII Enancib:

«Para realizar esta organização, o homem procura classificar as coisas que estão à sua volta, a exemplo das informações que circulam por todos os lados, a todo o momento. Mesmo estando elas disponíveis em grande quantidade, o ser humano não capta todas as informações que o cercam; seleciona apenas o que considera necessário, permitindo assim a criação do que chamamos conhecimento. A importância de organizar o conhecimento, através de formas de classificação, ganha cada vez mais importância. Além das classificações adotadas diariamente, há muito tempo, estudos vêm sendo desenvolvidos com o intuito de promover formas e técnicas de classificação desse conhecimento elaborado pelo homem. Dos sistemas de classificação desenvolvidos ao longo da história humana, passando pelas filosóficas, depois bibliográficas até os esquemas de organização do conhecimento, os considerados mais modernos são os tesouros e as ontologias» (2011, p.2).

Por outro lado, o processo de classificação refere-se ao processo mental inerente ao homem que o orienta em todas as atividades, das mais simples às mais complexas, uma vez que é através dela que se organizam e estruturam os elementos a compor o mundo material e, de forma abstracta, as ideias, os termos e os conceitos, dados utilizados pelos projetistas de sistemas de informação.

Destacamos 1876 como o ano da publicação das regras para um catálogo de dicionários, de Cutter, de uma edição da Classificação Decimal de Melvil Dewey, da fundação da Associação Americana de Biblioteconomia e da criação de um órgão profissional, o *Library Journal*. A partir desse ano, o fichário de dicionários, contendo entradas por assunto, formulado de acordo com as regras de Cutter sobre entradas específicas, foi adotado nos Estados Unidos como padrão. Estudos acerca da organização do conhecimento levam-nos ao percurso histórico do surgimento e aplicação dos sistemas classificatórios, uma vez que a sua montagem vai espelhar o contexto social de época.

Conforme Piedade (1983, p.69), as primeiras notícias da aplicação da classificação remontam à época anterior à era cristã, mais precisamente entre 669 e 626 a.C., onde os *tablets* de argila da Biblioteca de Assurbanípal, rei da Assíria, eram divididos em ciências da terra e ciências do céu.

Nas primeiras classificações admitidas pelas bibliotecas, os livros recebiam a ordem a partir do currículo das universidades, permanecendo assim com a introdução dos catálogos padronizados. A esse respeito, Burke exemplifica dizendo:

«no catálogo da Biblioteca de Bodleiam (1605), os livros eram separados em 04 grupos principais: artes, teologia, direito e medicina, enquanto que na primeira bibliografia impressa (1545), composta por 10 mil livros, o volume correspondente às «ordens gerais e particulares» era dividido em 21 secções: *trivium*, poesia, *quadrivium*, astrologia, adivinhação e magia, geografia, história, artes mecânicas, filosofia natural, metafísica, filosofia moral, filosofia económica, política, direito, medicina e teologia» (2003, p. 88)

Com as naturais mudanças e transformações ocorridas nas áreas académicas, surgem novos esquemas de divisão do conhecimento, elaborados por filósofos e pelos chamados «classificacionistas» profissionais.

Tentativas incluíam a elaboração de esquemas de áreas específicas do conhecimento, como o exemplo da química, apresentado por Andreas Libavius em 1597, e do direito, por Thomas Frey e Abraham Fraunce em 1580. Em seguida, Christofle de Savigny apresentando o esquema de classificação em forma de diagrama que incluía todas as áreas do conhecimento, com as categorias principais representando as artes liberais, o *Trivium* e o *Quadrivium*<sup>12</sup> e as disciplinas de medicina, direito, teologia, poesia, óptica, geografia, cosmografia, física, metafísica, ética e cronologia).

Conforme Ranganathan, na sua Primeira Lei, refere-se que os livros são para se usar (2009, p.6), que tem função correctiva aos órgãos responsáveis por bibliotecas, para que considerem o direito ao fácil acesso dos leitores aos livros estabelecendo padrões adequados. Entre outros relevantes estudos, Ranganathan, em 1933, lançou a obra considerada

<sup>12</sup> O *Trivium* e o *Quadrivium* não são disciplinas em si, mas agrupamento de disciplinas, ou artes liberais, como lhes chamavam no medievalismo. O *Trivium* compreendia a gramática, a dialética e a retórica, e o *Quadrivium*, a música, a aritmética, a geometria e a astronomia. Vide: <http://www.webdianoia.com/glosario/display.php?action=view&id=325&from=action=search%7Cby=T>

de imensa valia à área da informação: *Colon classification*. Trata-se de uma experiência provocadora de novos estudos e, mais significativo ainda, é o sistema de classificação mais aproximado das pesquisas a respeito da organização, representação da informação e do acesso em rede. Sobre esse sistema, a investigadora Mas acrescenta:

«La notion de «facettes» a souvent été présentée comme l'apport théorique le plus important en scien – ces de l'information (Maniez, 1999) et a inspiré de nombreuses études dans les dernières décennies. La classification à facettes se présente comme une combinaison de groupes conceptuels complémentai – res plutôt que comme une longue liste structurée de sujets. À la différence d'un simple mode hiérarchique et unidimensionnel d'organisation des documents, l'efficacité des classifications à facettes tient à leur capacité à intégrer différentes dimensions d'analyse sur les objets informationnels, à caractériser et à rendre l'accès à l'information plus facile en offrant de multiples voies de navigation vers n'importe quel document» (2008, p. 3).

Por outro lado, para além dos sistemas de classificação, a função organizadora do arquivo e da biblioteca vem passando por grandes mudanças e a representação temática do conhecimento deve incluir desde os procedimentos de catalogação, classificação, arranjo, indexação, descrição e análise documentária aos de outras operações de recuperação da informação adotadas pela *Web*, com o objetivo de atender a busca de informação.

Se é certo que a imprensa, em 1452, promoveu metamorfoses na produção, no armazenamento e na difusão do saber, nos últimos 20 anos ocorreu um aumento do número de arquivos e bibliotecas e, com a *Internet*, a divulgação do conhecimento é compartilhada em redes, com novos aportes técnicos e metodológicos. Após a popularização tanto da imprensa quanto da *Internet*, a sociedade clama por atualização constante do registo do conhecimento e por diversos meios de acesso à informação, organizada e compartilhada.

Porém, para o alcance desses alvos, é necessário insistir no processo evolutivo da ciência da informação e, para tanto, na desconstrução de barreiras sociais, culturais e políticas. A biblioteca e o arquivo, no passado, eram reconhecidos como locais de guarda de livros e documentos com a finalidade de preservação física e, naturalmente, sem atender às exigências da transferência de dados a um público ávido por exercer o direito do acesso à informação.

Todavia, estudos sobre a representação da informação e acesso ao conhecimento já não são mais destinados apenas aos filósofos e «classificacionistas». Cabe aos profissionais da informação, numa interação de saber com profissionais da ciência da computação e de áreas das ciências sociais e aplicadas, a relevante tarefa de demonstrar experiências, teorias e práticas do tratamento da informação, frente às novas tecnologias digitais da informação e comunicação.

Reportando-nos ao tormento do acesso à informação em redes e de forma desordenada, aspecto sinalizado no início desta segunda parte, corroboramos com Bezerra quando acrescenta:

«Os métodos tradicionais de organização do conhecimento carecem de aperfeiçoamento. As informações contidas em ambientes digitais, principalmente na *Web*, encontram-se desorganizadas, dificultando à recuperação desejada; isso nos leva à ideia de que o problema não está propria-

mente nos dados recuperados, mas no processo anterior para isso utilizado, ou seja, na organização» (2011, p.2).

Resulta daí a necessidade do diálogo dos profissionais da informação com os da computação na implementação de sistemas de informação em rede, atentos ao conjunto de exigências próprias da sociedade contemporânea, mais preparada, mais sofisticada, com mais capacidade de inovação e com maior inteligência coletiva.

E, nesta era pós-custodial, a ciência da informação tem representatividade e maior responsabilidade na organização da informação e do conhecimento, tornando-se, cada vez mais, imbuída do processo de produção e do tratamento da informação, rumo a uma sociedade mais igualitária.

### 3. ACERCA DE ESPECIFICIDADES DA PROPRIEDADE AUTORAL

A partir do contexto informacional do mundo das redes, refletimos acerca de questões do direito autoral e do direito da propriedade intelectual, a partir do acesso à informação digital, apresentadas na primeira parte deste estudo. Nessa seara, ressaltamos a relevante contribuição das diversas áreas do conhecimento, mais notadamente das ciências jurídicas e ciência da computação.

No entanto, o que nos inquieta e o que revimos neste estudo é a constante questionação, nos encontros científicos e noutros ambientes comunicacionais, não somente da ciência da informação como também das mais diversas áreas do conhecimento: a partir dos dispositivos da *Internet*, os acervos físicos da biblioteca e do arquivo limitam-se aos depósitos?

A primeira parte deste estudo apresenta dúvidas sobre o plágio, o direito autoral e o direito da propriedade intelectual, quando se trata de textos em rede e das páginas da *Web*. Há de se observar, em primeiro lugar, as leis que prescrevem o direito autoral, compreendido, em sua essência, quando se trata da apropriação ilegal de textos literários, e, em segundo lugar, as leis referentes ao direito intelectual, em caso de uso indevido de produto lançado pela *Internet*, como dados, recursos, informações de propriedade de páginas na *Web* e em outros aplicativos. Com maior esclarecimento, Dias e Vidotti, especialistas das tecnologias digitais da informação e comunicação, apontam para a seguinte reflexão:

«Ilustrando a popularização dos dispositivos móveis e a crescente interação como os serviços disponibilizados na rede traz-se a seguinte inserção de Resmini e Rosati (2011, p. XVI, tradução nossa): ‘A informação está indo em todos os lugares. Está transbordando da *Internet* e de computadores pessoais, e está sendo incorporado ao mundo real. Dispositivos móveis, recursos de rede e sistemas de tempo real estão fazendo nossas interações com a informação constante e ubíqua» (2012, p.121).

Assim sendo, não podemos negar a grande força das ondas gigantes das inovações tecnológicas informacionais e, com elas, a presença, cada vez mais marcante, dos dispositivos informáticos do ciberespaço, este entendido como um espaço informacional, não físico, onde é possível a produção, disseminação e uso da informação por seres humanos ou agentes artificiais mediadores.

No limiar do século da computação em nuvem – (*cloud computing*, a nuvem é o símbolo da *Internet*), um novo conceito para colocar *on line* mais do que já existe – torna-se lúdico considerarmos mais relevante o acesso físico à obra escrita, embora, em muitos depoimentos, o contacto físico com o livro e o documento suscite sensação incomparável. As novas gerações possuem a veia informatizada e, no campo das ideias e do conhecimento, no âmbito académico, e no social, somos levados ao uso dos recursos do ciberespaço<sup>13</sup>.

Quanto às questões de plágios de textos ou de conteúdos veiculados pela *Internet*, percebe-se fragilidade e certa inadequação da legislação que resguarda a proteção dos direitos dos autores. Embora a *Internet* seja um fenómeno mundial, a legislação de proteção ao autor é peculiar a cada país e emanada de cada sociedade e, conseqüentemente, de cada cultura. Quanto aos bens do conhecimento divulgados pelas tecnologias digitais, vale a pena ressaltar a quebra de paradigmas da era pós-custodial. Citamos, como exemplo, a adequação da sociedade brasileira à Lei de Acesso à Informação, publicada em 18 de novembro de 2011, com tendência internacional: cerca de 90 países já possuem leis que regulamentam o direito de acesso à informação.

Por último, dois votos que consideramos de importante utilidade neste âmbito: que esta e outras leis, independentemente da força das tecnologias digitais da informação e comunicação, sejam determinantes nas tomadas de decisões voltadas às relevantes ações em prol dos direitos e deveres do usuário da informação e da inclusão social, disponibilizando à sociedade os bens promanados da informação; e que as políticas de tecnologias digitais da informação e comunicação estejam concatenadas com a perspectiva do assento e voz de especialistas da informação nos certames onde se discutem plataformas digitais de acesso compartilhado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, com esta reflexão, ter contribuído para que outros estudos progridam desafiados por este inesgotável tema, de imensa dinâmica e atualidade, já que o uso da informática vem modificando conceitos, teorias e métodos de classificar e transmitir conhecimento. Verificou-se que, embora permanecendo a concepção de arquivo, biblioteca e museu, unidades de informação que visam assegurar a longevidade e a solidariedade dos saberes, mais do que nunca se reconhece a interferência do virtual e das redes dos espaços informáticos através de *downloads*, *e-books*, *social bookmarks*, *blogs*, espaço no *Del.icio.us* e na *Wiki*, e assim por diante.

Com a perspectiva de investigação em literatura, este texto aborda a interdisciplinaridade da ciência da informação admitindo a integração de outras *praxis*, desde vertentes teóricas, analíticas, críticas, e demais. Neste enquadramento, aponta-se a ciência da informação como aferidor da probidade do estudo, considerando-se ainda a interdisciplinari-

<sup>13</sup> Termo inaugurado pelo escritor norte americano William Ford Gibson, na obra intitulada *Neuromancer*, onde registra: «O ciberespaço. Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente; nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo», Vide: GIBSON, William, *Neuromancer*, New York, Ace Books, 1984,

dade como um novo olhar transversal na área da literatura, intermediado pela ciência da computação, tornando-se sugestivo, neste quadro de entendimentos, que os pesquisadores das letras procuram encontrar nos fundamentos teóricos da ciência da informação respostas às suas perplexidades, e particularmente no que concerne ao rigor e honestidade intelectual e científica. E é desse modo que o intercâmbio do conhecimento possibilita realizar a interação entre as várias áreas e seus pesquisadores, sejam quais forem os domínios objetivados. Tratou-se, portanto, de um estudo que, na primeira parte, e após uma sinopse acerca do fazer literário, a investigação em literatura provoca e interpela a ciência da informação acerca da sua função na mediação dos problemas em torno do plágio e paráfrases, tendo-se em consideração o crime cometido contra o direito autoral e apropriação intelectual de livros, textos e demais documentos e dispositivos disponíveis na *Internet*.

Estas inquietações testam, afinal, o limite das teorias e métodos das ciências em foco mas, e sobretudo, os da ciência da informação. Na segunda parte, tecemos uma resumida contextualização histórica, teórica e crítica acerca do percurso e problemáticas do texto escrito desde o seu aparecimento na Imprensa, e cujo formato mais recente, o das redes virtuais de informação, traz profundas apreensões no âmbito de especificidades da propriedade autoral. Percebeu-se ainda que a regulação dos vários tipos de crimes que lhe estão inerentes se encontra distribuída segundo o entendimento jurídico de cada país, até à data, sem consenso transversal.

Finalmente, cremos ter ficado claro que este panorama é dinâmico e cientificamente salutar, refletindo o interesse de pesquisadores por temáticas da ciência da informação, numa prova inequívoca de que a visibilidade, inserção social e solidariedade da área denotam a potencialidade científica da interdisciplinaridade em prováveis trocas de saberes.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos, «Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência», in, DUARTE, Zeny; GOMES, Henriette, *Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil*, Salvador, Edufba, 2013.
- ARISTÓTELES, *Poética*, Eudoro de Sousa (trad., Pref. Introd. e notas), 6ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.
- ARISTÓTELES, *Retórica*, Manuel Alexandre Júnior *et alii* (trad. e notas), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- BEZERRA, Márcio, *A aplicação da teoria da classificação facetada em banco de dados através da modelagem conceitual*, Rio de Janeiro, XII Enancib, 2011. Anais.
- BURKE, Peter, *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, Plínio Dentzien (trad.), Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2003.
- DARTON, Robert, *The Case for Books: Past, Present and Future*, New York, PublicAffairs, 2009.
- DIAS, Guilherme Ataíde; VIDOTTI, Silvana, «Arquitetura da informação no ambiente digital: avaliando as relações com o direito da propriedade intelectual», in, *Inf. & Soc. Est. João Pessoa*, v.22, n.3, pp. 115-132, set./dez. 2012.
- DIAS, Guilherme Ataíde; VIDOTTI, Silvana Aparecida, «O direito da propriedade intelectual: relações com os entregáveis da arquitetura da informação», in, *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v.1, pp.73-85. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/10825/6100>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

DOLEZEL, Lubomír, *A Poética Ocidental: Tradição e Inovação*, Carlos Reis (pref.), Vivina de Campos Figueiredo (trad.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

GIBSON, William, *Neuromancer*, New York, Ace Books, 1984.

MAS, Sabine *et alii*, «Classification à facettes et modèles à base de points de vue: Différences et complémentarité», in, *Actes du 36e congrès annuel de ACSI*, Vancouver, University of British Columbia, 5-7 jun. 2008. Disponível em:

<[http://www.caisacsi.ca/proceedings/2008/mas\\_2008.pdf](http://www.caisacsi.ca/proceedings/2008/mas_2008.pdf)>. Acesso em: 2 maio. 2013.

McMURTRIE, Douglas C., *O Livro: impressão e fabrico*, Jorge Peixoto (pref. e notas, Maria Luisa S. Machado (trad.), 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião, *Introdução à teoria da classificação*, 2ª ed. ver. e aum., Rio de Janeiro, Interciência, 1983.

SILVA, Eliezer, «A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos», in, *Congresso Nacional de Arquivologia*, Rio de Janeiro, Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008. Anais.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

[http://www.grebib.bnf.fr/html/documents\\_inedits.html](http://www.grebib.bnf.fr/html/documents_inedits.html)

<http://www.webdianoia.com/glosario/display.php?action=view&id=325&from=action=search%7Cby=T>